
Educação Especial: Um estudo sobre a funcionalidade a partir das perspectivas de suportes e adaptações.

Special Education: A study on functionality from the perspectives of supports and adaptations.

Kezia Graziela de Queiroz¹, Edicléa Mascarenhas Fernandes¹, Hélio Orrico²

RESUMO

Esta pesquisa é construída através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, realizado por meio do Núcleo Pesquisa de Educação Especial e Inclusiva (NEEI-UERJ) na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Maracanã. Mediante o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisa esta que foi iniciada em 09 de setembro do ano de 2020, de modo remoto em circunstância da pandemia por Covid-19. Constituindo-se na Identificação de Funcionalidades Acadêmicas a partir da Escala de Intensidade de Suportes – SIS, e da Classificação Internacional de Funcionalidades e Incapacidade em Saúde CIF-CJ. A pesquisa é quantitativa, qualitativa, positivista e experimental, e tem como base a estrutura das restrições e facilitações na interação do sujeito com o meio, conhecendo e analisando suas causas. Seguindo o modelo Bioecológico onde a ênfase está na pessoa em desenvolvimento. Dessa forma tem como objetivo promover novas perspectivas e abordagens que facilitem a autonomia desses alunos na escola curricular e na escola da vida.

Palavras-chave: SIS; CIF; Pedagogia.

ABSTRACT

This research is built through the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships PIBIC/CNPq, carried out through the Research Center for Special and Inclusive Education (NEEI-UERJ) at the Faculty of Education of the State University of Rio de Janeiro – UERJ Maracanã. With funding from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), this research was started on September 9, 2020, remotely in circumstances of the Covid-19 pandemic. Constituting the Identification of Academic Functionalities from the Scale of Intensity of Supports - SIS, and the International Classification of Functioning and Disability in Health CIF-CJ. The research is quantitative, qualitative, positivist and experimental, and is based on the structure of restrictions and facilitations in the subject's interaction with the environment, knowing and analyzing their causes. Following the Bioecological model where the emphasis is on the developing person. Thus, it aims to promote new perspectives and approaches that facilitate the autonomy of these students in the curricular school and in the school of life.

Keywords: SIS; CIF; Pedagogy.

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*E-mail: kezia.g.queiroz@gmail.com

2 Instituto Federal do Estado Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como base a experiência e vivência no projeto de pesquisa iniciação científica intitulado “Identificação de Funcionalidades Acadêmicas de Alunos com Deficiências a partir dos Protocolos SIS e CIF”, realizado no Núcleo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estando esta pesquisa eticamente vinculada ao Projeto de Adaptação e Validação da Escala SIS (Escala de Suporte e Intensidade) no Brasil coordenado pelas representantes da Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Paraná. Esse estudo se iniciou em nove de setembro do ano de dois mil e vinte.

Os objetivos construídos nesse projeto de iniciação científica foram de destacar a relevância do profissional da pedagogia na saúde acompanhando o desenvolvimento infantil e suas alterações, construir um protocolo individual de avaliações e intervenções para alunos com deficiências, de magnitude biopsicossocial, a considerar os aspectos da aprendizagem, da vida familiar, e dos autocuidados, coletar dados e produzir estatísticas em abrangência multifatorial como modelo de aplicabilidade da *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens e da Escala de Suportes e Intensidade* na perspectiva da aprendizagem visto ser um dos estados de saúde do homem.

Ao longo da história da educação perceberemos as evoluções e transformações dos conceitos segregação, inclusão e de deficiência, desde 2015 a Lei Brasileira de Inclusão que entende a deficiência como sendo:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015.)

Dessa forma a LBI compreende a deficiência como sendo externa à pessoa, exatamente pelos fatores ambientais, sociais e psicoemocionais constituírem barreiras em suas atividades e participações, resultando nas desigualdades em suas diversas áreas, sociais, econômicas, educacionais e outras. Isso significa que ao medirmos as intensidades dos suportes entenderemos mais amplamente a construção ou instrumentalização de apoio para que essa pessoa tenha seus impedimentos de natureza biológica minimizada pela transformação e adequação do ambiente que a cerca.

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento AAIDD, a “Deficiência Intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas do dia a dia. Esta inabilidade se origina antes da idade dos 18 anos” (AAIDD, 2010).

E desde a década de 90 a AAIDD vem trabalhando sob a perspectiva da deficiência em que considera os fatores ambientais como agentes de limitações no aspecto do desenvolvimento cognitivo, social, psicológico e emocional das pessoas com deficiências, isto é, as necessidades de apoios e suportes quando atendidas colaboram significativamente para que a pessoa com deficiência alcance autonomia nas diversas áreas que compõe sua vida. Sendo assim, sua condição biológica não contempla a estagnação e por tanto não é definitiva para seus processos de aprendizagem.

Sendo esse modelo de abordagem da deficiência intelectual estabelecido pela AAIDD e utilizado atualmente para nortear as concepções teóricas e práticas acerca da pessoa com deficiência, se constitui em uma quebra de paradigmas. E essa concepção de deficiência e da pessoa com deficiência transforma um passado em que antes as representações mentais e sociais da deficiência eram constituídas sob o entendimento meramente médico, limitador e o pragmatismo da incapacidade sendo-a definida por sua condição apenas clínica, onde não considerava que o ambiente era o fator incapacitador do desenvolvimento das funcionalidades e potencialidades de cada ser. Fernandes e Orrico ainda afirmam que:

“este modelo de definição, apesar de não abandonar uma visão psicométrica da inteligência, enfatiza que as capacidades adaptativas de um indivíduo se relacionam diretamente com os suportes que este indivíduo esteja recebendo para seu desenvolvimento. Desvia o eixo do diagnóstico da estimativa do nível de deficiência do indivíduo (leve, moderado, severo, profundo) para a estimativa das intensidades

de suporte necessárias (periódicas, limitadas, extensivas ou constantes).” (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.100).

A Fernandes e Orrico (2012) apontam a definição de suportes e apoios seguindo o modelo da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD como, sendo: “os suportes por assim dizer, são todas as formas que o ambiente pode oportunizar para empoderar os modos de funcionamento da pessoa com deficiência mental. Então estar num espaço acessível para a pessoa com deficiência intelectual é sinônimo de redução de seus déficits cognitivos.” (2012, p. 101). Sendo assim os recursos e adaptações curriculares podem e devem ter suas usabilidades ampliadas na finalidade de contemplar as necessidades reais dos alunos com deficiências dentro do processo de escolarização no ambiente escolar e fora dele.

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI, em seu capítulo quatro trabalha as especificidades da educação e dos suportes para que a educação seja de fato um direito vigente para todos os alunos nesse país, bem como o profissional de apoio pedagógico, o aprimoramento dos sistemas educacionais, que tem por objetivo assegurar as condições de acesso e permanência, participação e aprendizagem. A partir dessas compreensões é possível percebermos as necessidades de que nossos sistemas avaliativos, contextualizados aos alunos com deficiências, sejam medidores das reais intensidades dos suportes, apoios e adaptações que esse público requer para que sejam inclusos ao processo de ensino-aprendizagem no sentido multidimensional e curricular.

Podemos citar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF, como complementar as interpretações avaliativas para dimensionar os apoios e adaptações que um indivíduo necessita para alcançar o máximo de suas capacidades, sendo que está pode ser entendida como um instrumento para descrever como um grupo, uma sociedade ou um país vivencia suas condições de saúde, ajudando a entender e a mensurar esses resultados dos estados de saúde.

Para Fernandes e Orrico (2012) “a CIF possui uma definição para barreiras que são consideradas como fatores ambientais que, através da sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam a incapacidade” (FERNANDES; ORRICO. 2012) , assim sendo a CIF assume um papel de destaque para instrumentalizar meios de conceber adaptações, suportes e apoios para pessoa com deficiência dentro do contexto da educação

especial. Como por exemplo a construção do Plano Educacional Individualizado – PEI, que tem por objetivo garantir que a aprendizagem e o direito ao acesso e permanência no processo educacional sejam efetivos para os alunos público-alvo da educação especial. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde destaca as dez áreas de capacidades adaptativas, sendo: comunicação, cuidados pessoais, atividades de vida doméstica, habilidades sociais, uso comunitário, independência, saúde e segurança, funcionalidades acadêmicas, lazer e trabalho.

“O diagnóstico não se fecha nele mesmo; existe para que sejam definidos os suportes necessários. O Planejamento e a intervenção são o ponto máximo do diagnóstico para que sejam definidos quais serviços essenciais propiciarão o aumento da independência da pessoa, sua produtividade e a integração comunitária.” (FERNANDES; ORRICO. 2012. p. 137)

A partir dessa concepção entendemos que a mudança do paradigma da deficiência é crucial para considerarmos o sujeito em sua plenitude de estados que compõe sua existência. Sendo a saúde biológica, mental, emocional, educacional, seu contexto cultural, familiar e econômico. Dessa forma nós conseguimos compreender que a atuação do pedagogo frente o desenvolvimento humano vai além da esfera curricular e escolar, ele perpassa por todos os crivos ou marcos do desenvolvimento humano a fim de analisar e compreender como o indivíduo aprende a aprender. O pedagogo em si avalia a condição educacional dos alunos o seu desenvolvimento acadêmico para promover estratégias e intervenções sobretudo para proporcionar o acesso desses alunos ao real aprendizado educacional, que não se apoia apenas nos aportes do currículo pedagógico mas se complementa pela abrangência de um currículo natural e funcional.

MODELO BIOECOLÓGICO

A construção do modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner se aproxima dos elementos tais quais se constituem a SIS e a CIF, pois caminham pelas divisões/partes da vida do sujeito. Como sua família nuclear onde o bebê tem seus primeiros contatos de aprendizagem, logo depois a escola, e a sociedade como um todo.

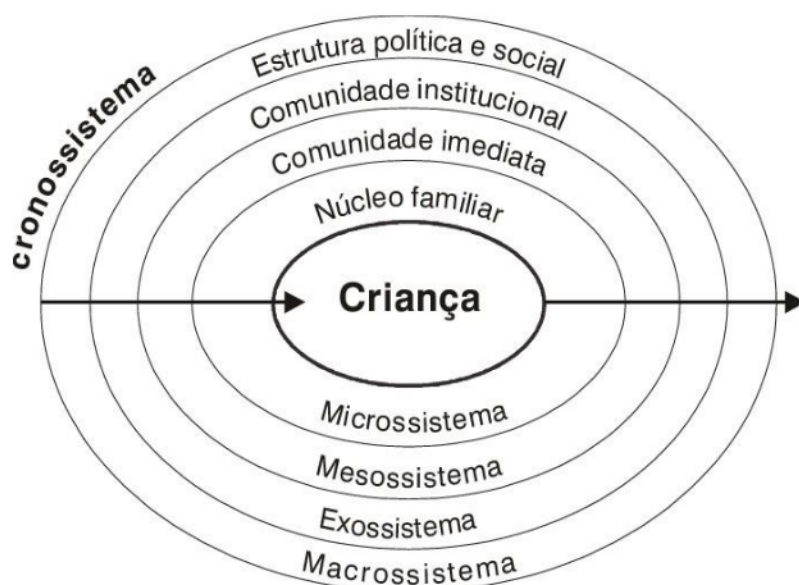
No aprofundamento dos indicadores e qualificadores da Escala de Suportes e Apoios – SIS e da Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde – CIF CJ, podemos dimensionar a relação dialógica entre ambos os protocolos, o modelo Bioecológico e a Lei Brasileira de Inclusão. Nesse sentido visamos desmembrar de modo a elucidar descritivamente a condição do aluno público alvo da educação especial considerando os seus processos educacionais no aspecto da aprendizagem enquanto saúde e qualidade de vida.

Ao pensarmos sobre a execução ou aplicação das SIS e CIF como instrumento que nos auxilia na identificação e ampliação do entendimento das necessidades específicas dos apoios e dos suportes para alunos da educação especial, podemos perceber que sua importância é transversal ao ensino/currículo tradicional que perpassa pelo prisma onde é possível se estabelecer uma nova abordagem a partir do paradigma em que se rompe o modelo apenas clínico e biológico da deficiência para a abordagem biopsicossocial, onde é contemplada a integralidade do sujeito no processo de escolarização, bem como seu envolvimento como mundo que o cerca.

A partir desses novos saberes torna-se mais próximo de nossa realidade educacional a construção de um novo currículo em que o plano individual educacional se estabelece na centralidade das suas competências, habilidades, desempenho e funcionalidades com os protocolos de suporte e apoios para que nossos alunos consigam atingir os objetivos propostos para cada fase do processo de ensino aprendizagem.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde entende que a incapacidade não é uma consequência do estado/condição biológica do sujeito, mas que está diretamente relacionada ao ambiente que não promove os suportes adequados para o desempenho da pessoa. A CIF tem em seu fundamento ser uma classificação para terminologia técnica e avaliativa, e não diagnóstica. Sendo assim ela constitui seu enfoque na diferenciação entre os conceitos de desempenho e capacidade.

Figura 1 – Modelo Ecológico do Desenvolvimento



Fonte: Almeida, Thiago. 2011

Bronfenbrenner em sua teoria do modelo ecológico do desenvolvimento destaca 4 áreas que compõe esse sistema como sendo:

O **Microsistema** se constitui por atividades padrões, relacionamentos e interações em ambientes como a família, a escola, o trabalho, a vizinhança, ou seja, no microsistema podemos perceber o indivíduo no seu dia a dia e de forma direta.

No **Mesossistema** é relacionado o envolvimento entre os *microsistemas* que se estabelecem em torno do sujeito, como por exemplo as relações interativas e dialógicas entre escola e família, família e amigos, e etc. Nesse campo, ao pensarmos na *Comunidade Imediata*, podemos observar como nossos alunos se relacionam com seus pares dentro desses ambientes.

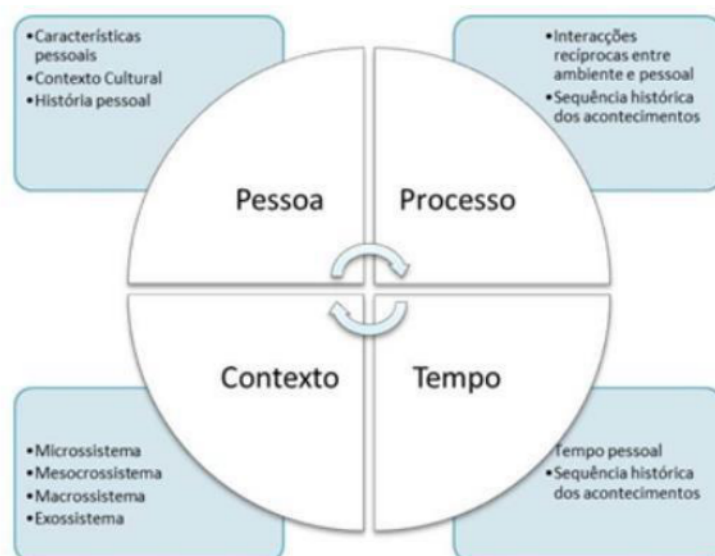
Já o **Exossistema**, nele encontramos os fatores que afetam indiretamente a vida da pessoa (criança) em desenvolvimento sem que esse ambiente (ou elemento) seja parte direta de seu contexto. Por exemplo é na *Comunidade Institucional* observamos nossos alunos inseridos nesses espaços e como os aspectos de seus processos de aprendizagem estão sendo entendidos e relacionados ao mundo que o cerca, como escolas, clínicas, centros de convivências, e etc.

E no **Macrossistema** percebemos a cultura, hábitos, crenças, sistemas econômicos e sociais que pode interpor uma cultura a outra, afetando a vida diária das pessoas, como por exemplo, as leis que se representam a voz da sociedade ou de um segmento dela.

Na *Estrutura Política e Social* é possível analisar e dimensionar como a sociedade, os governos, e as políticas públicas se constituem no sentido de contemplar a integralidade do sujeito, dessa pessoa com deficiência, como o aluno no processo de escolarização, e nos documentos que norteiam a educação em nível nacional.

O **Cronossistema** nos mostra a interlocução entre os processos ambientais que o sujeito perpassa ao longo da vida, suas mudanças internas e externas.

Figura 2 - Modelo PPCT: "Pessoa, Processo, Contexto e Tempo"



Fonte: Almeida, Thiago. 2011

Esse modelo relaciona as interações de quatro elementos que considera a integralidade do sujeito, sendo-as: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo. A **Pessoa** se configura em características singulares a partir do contexto cultural e histórico pessoal de cada sujeito. No **Processo** voltamos nosso olhar para as interações sociais a partir dos ambientes em que a pessoa está inserida, e entendendo as sequências dos acontecimentos. O **Contexto** dimensiona o meio ambiente em que a pessoa em desenvolvimento está inserida e sua influência nos ciclos ou processos pelo qual se estabelece seus processos, sendo eles o microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. No **Tempo** identificamos o

tempo pessoal, os acontecimentos, e as influências que podem causar no desenvolvimento de cada pessoa.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

A CIF destaca os dois qualificadores do componente de atividades e participações sendo o Qualificador de Desempenho e o Qualificador de Capacidade, sendo que o qualificador de desempenho descreve o que um indivíduo faz em seu ambiente habitual e como esse ambiente incorpora o seu contexto social, a partir disso o desempenho como registrado por este qualificador pode ser entendido como “envolvimento em uma situação vital” ou a “experiência vivida” das pessoas dentro do seu contexto real. (CIF. OMS. p.143). E o qualificador de capacidade ele “descreve a capacidade de um indivíduo de executar uma tarefa ou ação, sendo esse qualificador o que identifica o nível máximo provável de funcionamento que a pessoa pode atingir em um domínio específico em um dado momento”. (CIF. OMS, p. 143)

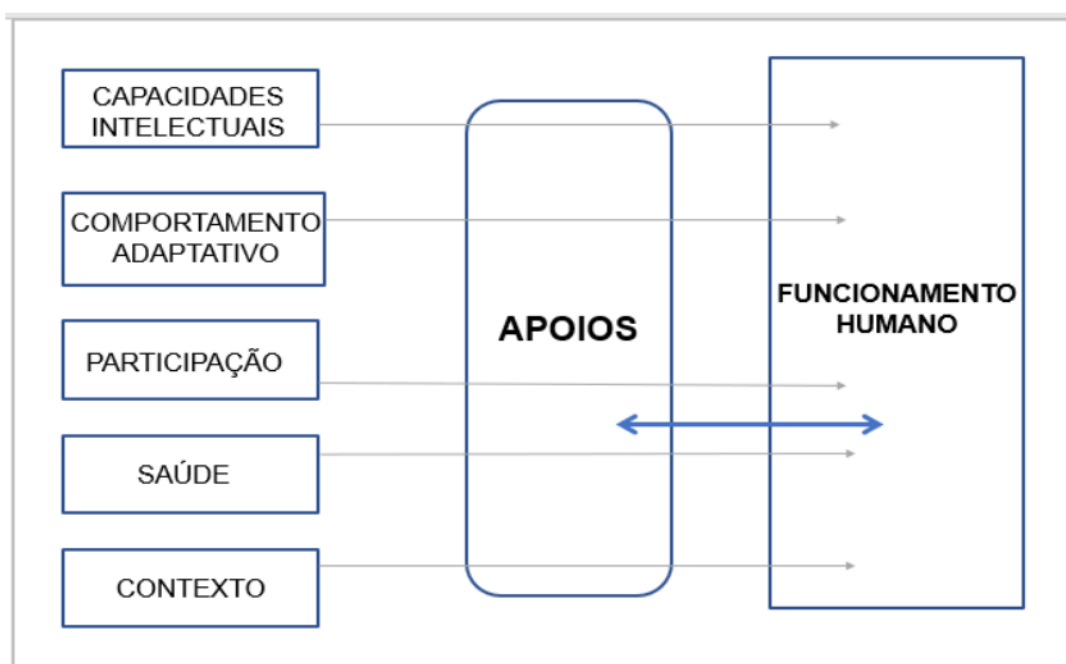
No capítulo de Aprendizagem e aplicação do conhecimento e desenvolvimento humano a CIF pontua as experiências sensoriais intencionais como observar, ouvir, explorar objetos como tocar, cheirar e provar. Bem como discrimina no aprendizado básico a imitação seja por ação, objeto, jogo simbólico e outros. Nessa mesma sessão pontua a aquisição de informação, da linguagem, de conceitos, o aprendizado da leitura e da escrita e do cálculo. Descreve também a aplicação de conhecimento a relacionando a concentração a atenção, a dirigir a atenção, a pensar, ao fazer de conta, a especular, levantar hipóteses e outros. Um de seus qualificadores nesse capítulo que trata especificamente da aprendizagem como um estado de saúde do homem, a CIF ressalta a Tomada de Decisões como sendo a capacidade de fazer escolhas entre opções, implementar as escolhas e avaliar seus efeitos.

A Classificação é sistematizada a partir de 3 conceitos principais, como as *Estruturas e funções do corpo*, sendo as funções fisiológicas dos sistemas corporais e funções psicológicas. As Deficiências são problemas na estrutura do corpo. As *Atividades e Participações* sendo a execução de uma tarefa ou ação, e a participação é o ato de envolvimento em uma situação de vida real. E os *Fatores ambientais* que são definidos como ambiente físico, social e de atitudes no qual as pessoas vivem e conduzem suas vidas. (CIF; OMS. 2015)

Aspectos da Escala de Suporte e Intensidade de Apoio – SIS

Os aspectos da Escala de Suporte e Intensidade de Apoio – SIS, é produzir conteúdo para auxiliar as equipes de planejamento e instituições a entender as especificidades das necessidades de apoios a pessoas com deficiência intelectual e outras deficiências do desenvolvimento.

Figura 3 - Modelo Teórico de Deficiência – AAIDD



Adaptação “Modelo teórico da deficiência. Fonte: AAMR, 202, p.22.”

A SIS se caracteriza por etapas: a seção 1, Necessidades de Apoio Médico e Comportamental Específicas, a seção 2 contempla a Escala de Necessidades de Apoio.

Seguindo o modelo Bioecológico onde a ênfase está na pessoa em desenvolvimento e tem como base a estrutura das restrições e facilitações na interação do sujeito com o ambiente, conhecendo e analisando suas causas.

A SIS entende como suportes recursos que visam promover o acesso a educação, a saúde, a autonomia, ao bem-estar da pessoa para que alcance sua funcionalidade. Esse constructo psicológico e social nos leva ao entendimento de que as necessidades de apoios e suportes se relacionam ao desenvolvimento e funcionamento humano do indivíduo de modo a considerar todos os aspectos da sua construção no mundo. Observamos assim que a

avaliação das limitações precisa estar contextualizada a descrição dos suportes e apoios necessários para que o indivíduo chegue ao seu funcionamento máximo. [...] segundo Fernandes desde 1992 a Associação Americana de Deficiência Mental vem apresentando o modelo de suporte como preferencial ao modelo do déficit intelectual. Na concepção do suporte a deficiência pode ser minimizada se o contexto social oferecer suportes adequados para a funcionalidade da pessoa. (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.100). Entendemos assim que a SIS também se constitui como um indicador de inclusão e exclusão, dimensionando o desenvolvimento da aprendizagem e sua relação com o seu envolvimento com os ambientes ao seu entorno.

Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação: alunos público-alvo da educação especial.

Queiroz e Fernandes destacam que o Brasil, em 2008, ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgado pela Organização das Nações Unidas. Esse documento no valor de emenda constitucional deu origem a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015) que se destina a assegurar e a promover a igualdade, o exercício de direitos, inclusão social e cidadania para a pessoa com deficiência. (QUEIROZ; FERNANDES. 2021)

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) houve um aumento em 32,2% de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial entre 2014 a 2018, bem como o aumento em 11,1% na educação infantil. Os alunos da Educação Especial são 1,2 milhão de crianças e jovens com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento. No ano de 2014 esse número era de 886.815, e somente em 2017 e 2018 as matrículas aumentaram em 10,8% devido a procura. Importante destacar que os alunos público alvo da Educação Especial estão em sua expressiva maioria matriculados nas classes regulares na rede pública de ensino, aproximadamente 97,3%, e na rede privada 51,8%.

A Constituição brasileira nela é sustentada a igualdade de todos perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, assim como a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, decreto nº 6949, assegura a participação na vida

política e pública, o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e as liberdades essenciais para preservar a dignidade desse setor populacional. Por tanto, a luta pelos direitos da pessoa com deficiência, as políticas públicas e ações afirmativas que visam a igualdade de oportunidade e a justiça social para esse segmento da população, a inclusão em todos os espaços sociais, a equidade no acesso ao Sistema Único de Saúde, e a acessibilidade urbana, é amparada pela nossa Constituição Federal e pelos Direitos Humanos Universais. (QUEIROZ, Kezia; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. 2021)

Tendo como foco principal a universalização da educação básica para todos em 2015 o Fórum Mundial da Educação aconteceu na Coreia do Sul, mais de 100 países assinaram o acordo referente a educação mundial como meta até 2030, onde se formou a Declaração de Inchon. No item 7 a Declaração de Inchon destaca:

Inclusão e equidade na e por meio da educação são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás. (UNESCO, 2015)

Atualmente o Plano Educacional Individualizado é o grande protagonista para que nossos alunos públicos da educação especial alcancem dentro do seu processo de escolarização e/ou ensino-aprendizagem a eficiência do seu aprendizado curricular, social e emocional. A naturalização do aprendizado adotando a abordagem curricular que visa a seleção de objetivos de aprendizagem consideradas fundamentais de serem trabalhadas em cada etapa da escolarização, na finalidade de que essa continuidade curricular sane os déficits dos conteúdos escolares para o público da educação especial, promover a organização e flexibilização do currículo para atender as reais necessidades dos alunos, e dispor, quando possível, da ampliação do tempo e duração das aulas, em disciplinas específicas, diversificar as formas e meio de aprendizagem. Segundo Barbosa “o AEE é um serviço de apoio especializado e tem como objetivo possibilitar a articulação entre atendimento escolar e especializado em unidades escolares, facilitar acesso e atendimento ao aluno com deficiência e sua família e possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem e convivência sem discriminação” (BARBOSA, p. 375).

O Projeto Pedagógico Educacional para alunos precisa se firmar a partir uma perspectiva dialógica entre as etapas pelas quais se estruturam suas demandas e propostas. Por exemplo a naturalização do aprendizado no ambiente escolar, Barbosa cita três proposições de atendimento para alunos com necessidades especiais.

“podemos enfatizar que três situações de atendimento ao aluno com deficiência são tratadas na LBI: o atendente pessoal, o profissional de apoio escolar e o acompanhante, sendo que todas essas funções são exercidas, excluindo-se “as profissões técnicas, ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas” (grifo meu). Estemomento histórico, faz com que as escolas de todo o mundo iniciem uma mobilização e transformação no ambiente escolar para o acompanhamento dos alunos em processo de inclusão, onde professores ainda despreparados, sob este aspecto, precisariam de um professor de apoio trabalhando em parceria, nascendo assim a figura de um mediador, mas agora, no enfoque da educação inclusiva.” (BARBOSA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SIS assim como a CIF se constituem a partir da sistematização de dados que setorna simples e eficaz a percepção avaliativa do contexto social, da estrutura educacional, as redes de apoios, das iniciativas no sentido das legislações e ações governamentais para a garantia dos direitos básicos de preservação a dignidade humana da pessoa com deficiência.

Por tanto perceber a funcionalidade ou a capacidade de um aluno com deficiência deve sobrepor a sua condição isolada biológica física, cognitiva e social. A SIS quanto uma escala e aCIF quanto uma classificação são instrumentos descritivos pelos quais se constituem instrumentos de avaliação, ambos os protocolos não são instrumentos de uma avaliação diagnostica, mas eles se constroem a partir de uma percepção e abordagem avaliativa. Entendo não apenas a deficiência em si mas a avaliação das necessidade do sujeito, analisando o indivíduo a sua singularidade e a especificidade da sua necessidade de suporte e apoio. A CIF aborda a aprendizagem como um estado de saúde do homem, aprender é extremamente importante para qualidade de vida. Integrando os meios que constitui Plano Educacional Individualizado – PEI, tornando-o fundamentado no olhar adaptativo, onde a prioridade é entender a competência a habilidade e não a incapacidade desse aluno, que tende a ser geradas por fatores ambientais. Começamos a dimensionar e a separar que a incapacidade se relaciona com os fatores estruturais, com os fatores

sociais, organizacionais, emocionais e culturais, sua relação se estabelece também na ausência de recursos que nossos alunos tem, com o suporte e com a adaptação que não dispomos a eles. O PEI e o fortalecimento do Projeto Político Pedagógico através da escala SIS e da classificação CIF, nos oportuniza a identificar romper com o paradigma do modelo clínico da deficiência e entendê-la a partir dos múltiplos contextos, tempos e processos. E assim a real necessidade, e não é a deficiência que traz essa necessidade, mas é o nível e a amplitude que aquele sujeito que aquela criança que o aluno tem de recursos e apoios para ele alcançar e atingir a proposta da sua escolarização a partir do seu tempo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sandra Regina; **FERNANDES**, Edicléa Mascarenhas. **Mediação Pedagógica e Inclusão Formação Inicial e Continuada de Professores**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Conectar, 2019.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. BRASIL, 1996, Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25. Junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 20/10/2019 às 19:45h.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; **BOUERI**, Iasmin Zanchi. Versão piloto brasileira: Projeto **ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DA ESCALA DE INTENSIDADE DE APOIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SIS-C) COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO BRASIL**. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2019.

CONANDA. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à adolescência**. Brasília: Conanda, 2000.

Identificação de Funcionalidades Acadêmicas de Alunos com Deficiências a partir dos Protocolos SIS e CIF. In: **QUEIROZ**, Kezia Graziela; **FERNANDES**, Edicléa Mascarenhas; **ORRICO**, Hélio. **Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**. Paraná: Atena, 2021.

Instituto Nacional de estudos e Pesquisas <http://www.inep.gov.br/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <https://www.ibge.gov.br/>.

FERNANDES, E.M.; CORRÊA, M.A.M. Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental. 1ª edição. Rio de Janeiro: Unirio, 2018.

FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. Acessibilidade e inclusão social. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

____ **MEC** mec.gov.br/escola.

OMS] Organização Mundial da Saúde, CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificação Internacionais]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2015.

QUEIROZ, Kezia Graziela; FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas. Encontro dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência no estado do Rio de Janeiro. Brazilian Journal of Development, Curitiba, 2021.

UNESCO, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. Marco da educação 2030: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

____ **ALMEIDA, Thiago.** Modelo Bioecológico do Desenvolvimento de Bronfenbrenner <https://pt.slideshare.net/Thiagodealmeida/modelo-bioecolgico-do-desenvolvimento-de-bronfenbrenner-7898817> ultimo acesso, 30 de novembro 2021.

Recebido em: 2022

Aprovado em: 2022

Publicado em: 2022